

A linguagem, o pensamento e a percepção do mundo empírico: David Hume e *Flush* de Virginia Woolf

Stephanie Hamdan Zahreddine*

Universidade Estadual do Piauí - UESPI

RESUMO

Este trabalho parte da teoria do conhecimento de David Hume, a fim de investigar suas afinidades e pontos de contato com a obra *Flush*, de Virginia Woolf. O romance da autora relata a história de vida da poeta Elizabeth Barrett a partir do ponto de vista de seu cão, ao explorar as sensações e comportamentos do animal, bem como a sua natureza enquanto um ser que não habita o mundo da linguagem humana. Será possível constatar ecos da epistemologia humiana na obra de Woolf no que diz respeito aos princípios da causalidade e da uniformidade da natureza, presentes em animais humanos e não-humanos. Por fim, serão discutidas questões relacionadas aos limites da linguagem e ao possível caráter limitador da própria linguagem para a experiência humana.

PALAVRAS-CHAVE: David Hume. Virginia Woolf. Literatura. Causalidade.

ABSTRACT

This work is based on David Hume's theory of knowledge and intends to investigate its affinities and similarities to Virginia Woolf's novel *Flush*. The novel tells the life story of the poet Elizabeth Barrett through her dog's point of view, exploring the animal's feelings and behaviors, as well as its condition as a being that does not belong to the world of human language. It will be possible to draw parallels between Hume's epistemology and Woolf's work regarding the principles of causality and uniformity in nature, shared by humans and animals. Finally, the article raises questions concerning the limits of language, and the power that language itself might have to impose limits on human experience.

KEYWORDS: David Hume. Virginia Woolf. Literature. Causality.

*Os pelos de ambos eram curtos, vermelhos.
Que foi que se disseram? Não se sabe. Sabe-se apenas que se comunicaram rapidamente, pois
não havia tempo. Sabe-se também que sem falar eles se pediam.
(Clarice Lispector, Tentações)*

Introdução

Filosofia e Literatura percorrem caminhos que se cruzam deste a Antiguidade, tendo em vista os fragmentos de Parmênides e os poetas descritos em diálogos platônicos. Pode-se afirmar que a literatura (termo aqui utilizado anacronicamente) e a filosofia apresentam históricos de um entrelaçar de pontos de vista, gerando um desenvolvimento de ambas – e, conseqüentemente, um desenvolvimento no pensar humano.

* Professora Assistente de Filosofia. E-mail: tehamdan@gmail.com.

Recebido em 09/10/2022
Aprovado em 12/12/2022

David Hume é um dos filósofos que procura argumentar a favor da importância das artes literárias no pensamento filosófico. Divergindo, nesse ponto, de outros pensadores modernos, como John Locke, tanto em seus *Ensaios Morais, Políticos e Literários*, quanto no *Tratado da Natureza Humana*, Hume reconhece a importância da literatura para além de seu valor artístico, encarando-a também como laboratório filosófico – característica que, de acordo com o pensamento do autor, a História também possui. Apesar de apontar elementos das artes em geral que podem confundir a razão, Hume afirma que as artes literárias podem fornecer “*experimentos* valiosos para a teorização filosófica” (GARRETT, 2003, p. 162). Além disso, o filósofo é convicto de que a literatura pode trazer benefícios para a filosofia, ou, de uma forma mais específica, para o bem escrever da filosofia. Analogamente ao bom escrever literário, ele afirma:

O caso é o mesmo com oradores, filósofos, críticos ou quaisquer outros autores que falem em seu próprio nome, sem apresentar outros personagens ou atores. Se a sua linguagem não for elegante, se suas observações não forem incomuns, se o seu sentido não for forte e viril, ele exaltará em vão a sua naturalidade e a sua simplicidade. Ele pode estar correto; mas nunca conseguirá ser agradável. A infelicidade de autores assim é que eles nunca são censurados ou criticados (HUME, 2004, p. 324).

A partir do ponto de vista de Hume, portanto, é pertinente considerar as afinidades entre sua teoria e a dimensão literária – mais especificamente, a obra *Flush* (1933), de Virginia Woolf, com a qual será possível estabelecer analogias e pontos em comum, tendo em vista que a causalidade, em um sentido específico, é um elemento da natureza humana dissociado da razão como fonte do conhecimento demonstrativo.

O livro de Virginia Woolf parte da biografia de Elizabeth Barrett, escritora britânica do século XIX. No entanto, a história é contada a partir do ponto de vista de Flush, o cão da raça Cocker Spaniel de Barrett. As sensações e os impulsos instintivos de Flush demonstram, ao longo do romance, uma coerência no agir do cão, intrínseca à própria natureza do animal – como um tipo de aglomerado de experiências digeridas capaz de, em certas situações, supor reações tendo em vista ações anteriores. Essa discussão inevitavelmente remete ao campo de influência da linguagem: De que maneira a experiência de um animal que não compartilha da linguagem humana se assemelha, ou diferencia, da experiência humana? E ainda: pode a linguagem restringir ou limitar a capacidade humana de romper certas fronteiras do sentir ou do pensar?

O papel da literatura, em todos os aspectos supramencionados, permite a aproximação de um ponto de vista que simultaneamente se entrelaça e se separa do pensamento filosófico. O caminho percorrido pela escritora e a exposição de sua perspectiva ao descrever o comportamento de um ser não-humano que age e sente são análises possíveis incitadas por um viés - dentre tantos - de estudo e pesquisa, em que filosofia e literatura podem se engrandecer mutuamente se forem associadas.

Instinto e causalidade

O romance de Woolf explora os processos de obtenção do conhecimento de Flush, explicitando o encadeamento de sensações do cão, bem como sua reação a elas. Um exemplo significativo é quando Flush vai, pela primeira vez, ao Regent's Park:

[Flush]Parou. Neste lugar, percebeu, flores eram dispostas de maneira bem mais densa do que em casa; ficavam estáticas, uma por uma, rigidamente agrupadas em canteiros estreitos. Estes canteiros eram intercalados por passagens duras e pretas. Homens usando cartolas reluzentes caminhavam de maneira agourenta pelas passagens. À visão deles, Flush encolheu-se para mais perto da cadeira da Senhorita Barrett. Aceitou a proteção da coleira de bom grado. Assim, antes que vários desses passeios acontecessem, uma nova concepção havia se formado em seu cérebro. Colocando uma coisa ao lado da outra, havia chegado a uma conclusão. Onde há canteiros de flores, há passagens de asfalto; onde há canteiros de flores e passagens de asfalto, há homens usando cartolas reluzentes; onde há canteiros de flores e passagens de asfalto e homens usando cartolas reluzentes, cães devem ser conduzidos com coleira (WOOLF, 2004, p. 22-23).

É possível perceber, nesse trecho, que ocorre um desenrolar de sensações produzidas pela relação empírica do animal com objetos exteriores a ele, bem como a comparação da experiência presente com suas experiências do passado – presente na observação de que a disposição das flores é “bem mais densa do que em casa”. A capacidade de encadeamento dessas sensações é o que torna possível a conclusão a que chega Flush.

Este encadeamento, por sua vez, não é mediado pela linguagem – e Woolf faz questão de enfatizar esse ponto ao finalizar o parágrafo com a consideração de que, “sem ser capaz de decifrar nenhuma palavra da placa de entrada, ele [Flush] aprendera sua lição – em Regent's Park, cães devem ser conduzidos com coleira” (WOOLF, 2004, p. 23).

Não é conveniente, nesse ponto, analisar a validade da conclusão à qual Flush chegou – afinal, o que está em discussão é a forma de apreensão do mundo pelo ponto de vista de um ser não-humano, distanciado da noção humana de raciocínios válidos ou argumentos coerentes. No entanto, deve-se admitir que o movimento descrito pelo encadeamento de sensações que chega a uma conclusão pode ser considerado um movimento causal – seja ele equivocado ou não. É um tipo de indução no sentido humiano – ainda que o próprio Hume não utilize o termo: de se produzir uma crença a partir do costume, por meio da observação de que efeitos semelhantes ocorrem a partir de causas semelhantes.

Esse processo pode ser justificado pela teoria humiana da associação de ideias, tendo em vista as relações de contiguidade, semelhança e causalidade, num âmbito epistemológico. Contudo, o trecho citado mostra que foi a partir da percepção imediata de certos objetos exteriores que Flush chegou a uma conclusão. Essa percepção imediata é, nos termos de Hume, uma impressão, e não uma ideia. Como, então, falar de causalidade – que se justifica pela teoria das ideias – se o processo de apreensão de uma conclusão, no caso de Flush, partiu de percepções imediatas, ou seja, de impressões?

Hume afirma:

As percepções que entram com mais força e violência podem ser chamadas de *impressões*; e sob esse termo incluo todas as nossas sensações, paixões e emoções, em sua primeira aparição à alma (HUME, 2001, p. 25).

Desse modo, as ideias se constituem na mente, e as impressões só podem ser obtidas por meio dos sentidos. A apreensão mesma do mundo exterior somente se dá por meio dessas impressões, que também podem ser consideradas condição de possibilidade para a formação das ideias; mas essas impressões, diferentemente das ideias, aparecem como um elemento existente também na natureza dos animais não-humanos. Dessa maneira, a *impressão* pode ocorrer em qualquer ser percipiente, independente da existência ou não de uma mente humana na constituição desse ser. Disso pode-se afirmar que a apreensão perceptiva do mundo exterior – ou, em termos humanos, a impressão – não necessita da razão para ocorrer, mas sim, de qualquer ser que, em sua constituição, possua algum sentido que perceba o mundo exterior. Esta perspectiva aponta em direção a um tipo de causalidade instintiva: reações imediatas derivadas de ações imediatamente anteriores são exemplos de tal agir instintivo, existente nos seres humanos e não-humanos.

E Hume parece deixar esta possibilidade aberta. A consideração de que as ações de animais não-humanos “procedem de um raciocínio que, em si mesmo, não é diferente nem fundado em princípios diferentes dos que aparecem na natureza humana”, sendo “unicamente por meio do costume que a experiência opera sobre eles” (HUME, 2009, p. 211), fundamenta a constatação de que, para Hume, a diferença entre animais humanos e não humanos não é de natureza, mas sim, de graus. Além disso, o autor chama a atenção para o fato de que somos capazes de “obter o conhecimento de uma causa particular com base em apenas um experimento” (HUME, 2009, p. 135) ou em uma impressão, e não em repetidos casos. Nesses casos, o costume também atua, mas de uma maneira “*oblíqua e artificial*”:

embora estejamos aqui supondo ter tido apenas uma experiência de um efeito particular, tivemos milhões para nos convencer do princípio de que *objetos semelhantes, em circunstâncias semelhantes, produzirão sempre efeitos semelhantes*. E como esse princípio foi estabelecido com base em um costume suficiente, ele confere evidência e firmeza a qualquer opinião a que possa se aplicar. A conexão de ideias não se torna habitual após uma única experiência; mas essa conexão está compreendida sob um outro princípio, que é habitual – o que nos traz de volta à nossa hipótese. Em todos os casos, transferimos nossa experiência a ocorrências de que não tivemos experiência, *expressa ou tacitamente, direta ou indiretamente* (HUME, 2009, p. 135).

Portanto, é possível perceber que essa atuação oblíqua e artificial do costume se aplica à conexão de ideias e à pressuposição do princípio de uniformidade da natureza – de que objetos semelhantes, em circunstâncias semelhantes, produzirão sempre efeitos semelhantes. Ainda que esta pressuposição ocorra na mente de maneira involuntária, evidenciando seu caráter

instintivo, surge uma questão: o princípio de uniformidade da natureza pode ser alcançado por seres não-humanos ou ele depende da linguagem? E, ainda: o princípio de uniformidade da natureza, por poder ser pressuposto em humanos de maneira involuntária / instintiva, pode se aplicar, ainda que em graus inferiores, a animais não-humanos?

Diante das questões, cabe a retomada do romance de Woolf para indicação de caminhos para respondê-las. Ao longo da trama, a narradora relata que Flush sente ciúmes de sua dona por causa do “hoodedman” – o “homem encapuzado”, título do terceiro capítulo da obra – e por isso, chega ao ponto de atacá-lo. Essa reação é claramente instintiva, num sentido que seria análogo às paixões humanas. Apesar disso, é possível perceber que certos impulsos somente são passíveis de ocorrência por causa da influência da linguagem – e, conseqüentemente, das ideias e da razão humana.

Pode-se tomar como um exemplo o momento em que um indivíduo lê um livro de piadas ou uma comédia: o encadeamento de frases leva a um sentido que o faz subitamente soltar uma risada. Ora, essa situação só é possível por causa da linguagem e, por isso, é passível de ser vivida somente pelo ser humano. No entanto, essa linguagem é limitada e, conseqüentemente, impõe restrições à experiência humana, ao que não pode ser “traduzido” por ela. Nesse cenário, surge outra questão: a linguagem pode limitar a percepção do mundo exterior, limitando, assim, possíveis ideias e pensamentos que seriam produzidos a partir do que está além dessas limitações de percepção?

A apreensão perceptiva do mundo exterior pode admitir níveis: o nível da linguagem – no âmbito do ser humano – e o nível da não-linguagem, tendo em vista fatores de caráter qualitativo (como as múltiplas e diversas formas de vida aptas à percepção do mundo exterior). É possível considerar um elemento que, abarcando os níveis acima, ao mesmo tempo é um nível: a realidade mesma do mundo exterior. No entanto, essas considerações permanecem, em grande medida, indeterminadas, já que o ser humano não é – ou pelo menos até agora não foi – capaz de se transpor ao nível da não-linguagem, e tampouco de perceber o mundo de alguma maneira diferente da maneira humana.

Considerações finais

Segundo Hume, as impressões são percepções presentes tanto nos animais humanos quanto nos animais não-humanos, o que indica uma causalidade “instintiva”, situada para além da linguagem e no âmbito do puro sentir.

Os, cheiros, os gostos, as reações alheias e os “insights” instintivos se entrecruzam e se transformam num emaranhado de possíveis experiências posteriores, já que produzem um tipo de raciocínio selvagem. Tal raciocínio não é usado no sentido humano; mas no domínio da causalidade, de uma causalidade natural e intrínseca aos animais – a todos eles. Que se apoia no agir instintivo; agir que aprende com as experiências passadas e acostuma-se aos efeitos

das causas já percebidas. Com isso, percebe-se que essa causalidade natural que se baseia nos instintos, em certa medida, ainda repousa nos seres humanos. O princípio da uniformidade da natureza, portanto, pode ser visto como a racionalização desta causalidade instintiva; sua formalização em palavras.

Não é possível determinar o limite fronteiro exato entre esse agir instintivo e o agir racional (aqui a razão enquanto uma faculdade humana distinta dos outros animais). Mas é possível identificar qual o tipo do agir: a partir do momento em que a linguagem participa dos processos humanos, a ação se encontra fora do campo puramente instintivo.

Por fim, Woolf descreve, dentro das possibilidades que a linguagem permite, esse não-pensar humano – ou seria um pensar não-humano? – ao falar sobre o mundo das palavras; mundo que *Flush* jamais habitaria.

Resumindo, conhecia Florença como nenhum ser humano jamais conheceu; como Ruskin jamais conheceu, nem George Eliot. Conhecia-na como apenas os mudos a conhecem. Nem uma única de suas infinitas sensações jamais foi submetida à deformidade das palavras (WOOLF, 2004, p. 125).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HUME, David. *Tratado da Natureza Humana*. Trad. de Déborah Danowski, 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HUME, David. *Ensaio Morais, Políticos e Literários*. Trad. de Luciano Trigo. Rio de Janeiro: Ed. Topbooks, 2004.

WOOLF, Virginia. *Flush: Memórias de um Cão*. Trad. de Ana Ban. L&PM Pocket Editores, 2004.

GARRETT, Don. The Literary Arts in Hume's Science of the Fancy. *Kriterion*. Belo Horizonte, nº 108, , p. 161-179. Dez/2003.